

A EDUCAÇÃO NA *IDADE MÍDIA*: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA SEM PARTIDO

Roselaine Ripa¹

THE EDUCATION IN THE *MEDIA AGE*: REFLECTIONS ABOUT THE SCHOOL WITHOUT A PARTY

Resumo

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar alguns apontamentos, a partir dos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade, para discutir um dos movimentos que tem envolvido a educação brasileira nos últimos anos: a Escola Sem Partido. Visto inicialmente por muitos especialistas da educação como um movimento que não teria grandes repercussões, tornou-se atualmente uma temática urgente de discussão nos cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como nos sistemas de ensino, ao verificar o número de adeptos aos projetos de lei protocolados em todo o país. Sendo assim, ao recuperar a concepção de educação em Adorno, pretende-se destacar alguns estudos que estão sendo realizados sobre a temática e denunciar como este movimento tem afetado a educação brasileira, trazendo mandamentos e deveres de forma imperativa aos docentes, determinando ações que efetivam uma educação “sem sentido”, opressora, que visa a manutenção da mercantilização dos processos formativos, a redução da formação à aquisição de habilidades e competências, a seleção de conteúdos para atender diretrizes de alguns grupos e a eliminação do pluralismo de ideais.

Palavras-chave: Educação, Formação Docente, Escola Sem Partido, Semiformação

Abstract

This work aims to present some appointments, through of the assumption of the critical theory of society, to discuss one of the movements that has involved the Brazilian education in the last years: the School Without a Party. Initially seen by many education specialists as a movement which would not have major repercussions, has now become an urgent theme of discussion in the courses of initial and continuing teacher training, as well as in teaching systems, when checking the numbers of adherents to the bills filed all over the country. Therefore, to recover the conception of education in Adorno, we intend to highlight some studies that are being carried out on the subject and denounce how this movement has affected the Brazilian education, bringing commandments and duties in imperative form for teachers, determining actions that effect an education “with no sense”, oppressive, which aims the maintenance of commodification of the formative processes, the reduction of training to

¹ Professora Adjunta na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no Centro de Educação a Distância. Doutora em Educação pela UFSCar. Líder do Grupo de Pesquisa Nexos – Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar Sul.

acquisition of ability and competences, the selection of content to attend guidelines for some groups and the elimination of pluralism of ideals.

Keywords: Education, Teacher Training, School Without a Party, Semiformation.

Introdução

“Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

[...]

Este é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.
[...]

Nosso tempo

Carlos Drummond de Andrade

O poema "Nosso tempo", de Carlos Drummond de Andrade, publicado em *A rosa do povo* (1945), tem sido utilizado em palestras e textos que se propõem a discutir a educação em tempos de “escola sem partido”. Ao usar os termos "partido" e "partidos", Drummond nos ajuda a analisar o tempo presente (CORREIA, 2009), no qual reconhecemos a fragmentação, a alienação e a reificação dos indivíduos, que se tornam produtos industriais no contexto da sociedade administrada, pulverizada e fragmentada. Também denuncia as atitudes de abstenção diante dos acontecimentos, sendo necessária tomada de posição política por parte dos indivíduos. Nesse sentido, é urgente tomar partido.

A partir dos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade, pretende-se, neste trabalho, elencar alguns apontamentos críticos para discutir um dos movimentos que tem envolvido a Educação Brasileira nos últimos anos: o Escola Sem Partido (ESP). No seu início foi considerado por muitos especialistas da educação como um movimento que não teria grandes repercussões e continuidade, porém tornou-se atualmente uma temática urgente de discussão nos cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como nos sistemas de ensino, ao verificar o número de adeptos aos projetos de lei protocolados em todo o país.

O Escola sem partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados. (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

A relação entre política (ou sua anulação) e a instituição escolar não é exclusividade dos tempos atuais. A escola tem sido usada desde o seu surgimento como um dos principais locais para propagação e imposição de uma ideologia dominante.

Temos observado de forma bastante intensa a desvalorização do profissional da educação e da sua formação, o esvaziamento dos conteúdos escolares e o contínuo processo de mercantilização da educação, contribuindo para a efetivação de uma educação que continua distante da formação voltada para emancipação dos indivíduos. Nesse contexto, os movimentos para propagação dessas ideologias, disseminados principalmente pela internet nas redes sociais, têm utilizado as mesmas armadilhas da propagação da indústria cultural, adquirindo cada vez mais adeptos. Movimentos que têm interferido na elaboração das legislações, nas políticas públicas, nos currículos e na formação docente.

Em nome de uma suposta neutralidade do conhecimento, ancorada em ações que pretendem despolitizar a escola e revelam o conservadorismo radical, a imposição de crenças e o moralismo excludente, busca-se eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, perpetuando a barbárie e a semiformação.

Sendo assim, ao recuperar a concepção de educação em Adorno, pretende-se denunciar como esses movimentos têm afetado a educação brasileira na atualidade, trazendo mandamentos e deveres de forma imperativa aos docentes, determinando ações que efetivam uma educação “sem sentido”, opressora, que visa a manutenção da mercantilização dos processos formativos, a redução da formação à aquisição de habilidades e competências, a seleção de conteúdos para atender diretrizes de alguns grupos e a eliminação do pluralismo de ideais.

A educação básica brasileira na *idade média*

No site do Ministério da Educação, ao buscar o termo “Educação Básica”, encontramos a seguinte definição: “A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”². Alguns documentos norteiam seu desenvolvimento:

- LDB nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs), publicada em 2013;
- Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014.

É importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), próprias para cada etapa e modalidade de ensino, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), tornaram-se obrigatórias para a Educação Básica, orientando as matrizes curriculares e seu desenvolvimento nos diferentes sistemas de ensino. Com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que merece nossa atenção e pesquisas mais aprofundadas³, partem da estrutura estabelecida nas Diretrizes para determinar o detalhamento dos conteúdos e competências.

Especificamente sobre o PNE⁴ e sua implantação nos 03 (três) primeiros anos, o documento publicado em 2017 pelo Observatório do Plano Nacional de Educação⁵ teve o propósito de avaliar o período de 2014 a 2016. Em relação às metas 1, 2 e 3, por exemplo, que tratam do acesso à Educação Básica, o documento destaca que ainda são 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade não matriculados na escola. A faixa etária mais atingida é a de 15 a 17 anos, em especial: “os de renda mais baixa, os moradores das áreas

² MEC. Secretaria da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica>>. Acesso em: 1 Out. 2018.

³ É importante discutir o processo de elaboração e consulta pública na elaboração das diferentes versões, bem como a exclusão de temáticas e delimitações dos conteúdos, a divisão em habilidades, os grupos que incentivaram a sua publicação, dentre outros aspectos.

⁴ O atual Plano Nacional de Educação abrange o período de 2014 a 2024 e apresenta 20 metas, 254 estratégias e 14 artigos com ações a serem realizadas pelo país.

⁵ 3 anos de Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/673/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

rurais e os pretos e pardos” (OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, p. 3). O relatório destaca, também, que a desigualdade tem início na Educação Infantil: “[...] dentre o quartil (25%) de famílias brasileiras mais ricas, 52,3% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas na creche no Brasil. Já dentre o quartil de famílias mais pobres, essa taxa é de 21,9%” (OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, p. 3). O desafio do acesso e permanência ainda é recorrente na *idade média*. Mas não é o único.

Freitag (1987) realizou estudos sobre a política educacional brasileira, destacando que ela é resultado de complexos processos históricos, tais como: catequese, colonialismo, escravidão, monocultura, dependência, etc. Além desses processos, com o objetivo de reprodução material dos bens e do sistema de normas e valores, a autora ressalta a atuação de diferentes instituições e grupos sociais que lutaram pelo controle do processo educacional: igreja, oligarquias rurais, burguesia industrial-urbana, proletariado, Estado, dentre outros.

A política educacional brasileira [...] acaba deflagrando dinâmicas próprias, que escapam ao controle do Estado, transformando-se na política de diferentes grupos de interesse e permitindo que uns controlem o processo, temporariamente, em detrimento de outros. (FREITAG, 1987, p.11).

No contexto da *idade média*, a instituição escolar afasta-se ainda mais da sua função de educar e de incluir. Segundo Sobreira (2004, p. 158), tanto os conteúdos culturais que foram deixados a cargo da escola moderna como a sua organização interna passaram pelo filtro da indústria cultural. O autor argumenta que as práticas de escolarização na sociedade global abandonam os ideais do universalismo burguês, presentes no projeto kantiano, ao oferecer escolas de diferentes níveis de qualidade. Os adjetivos “pública”, “particular”, “diurna”, “noturna”, “periférica” ou “central”, que sempre acompanham a palavra escola, revelam de antemão os alunos que dela participam e o tipo de ensino que eles obtêm. A elaboração de conhecimentos, a discussão/reflexão crítica em sala de aula, que contribuiria para o desenvolvimento de indivíduos autônomos, reflexivos e críticos, capazes de estabelecer relações temporais e elaborar o passado, é substituída pela disseminação da semicultura para atender aos ditames da sociedade administrada, ansiosa por trabalhadores acomodados, sedentos por tudo o que é apresentado como novo e pronto, e indiferentes ao todo social.

Sendo assim, o descaso com a educação escolar passa a ser justificado por ser a aprendizagem um processo contínuo, que ocorre ao longo da vida, numa sociedade em que a informação é considerada cada vez mais acessível a todos. A sociedade do “conhecimento” ou da “aprendizagem”, tal como se apresenta atualmente, tende a desprestigiar a memorização, a formação cultural, a interpretação crítica dos fatos históricos e a análise dialética. Basta o “aprender a aprender”, “o sem partido” desenvolvido diariamente na atual sociedade que se autodenomina “educativa”, com acesso imediato às informações, independentemente do tempo e espaço. O que é divulgado como essencial ao indivíduo é estar “atenado” às novidades do “mundo globalizado”, acessar as informações disponíveis de forma neutra, adquirir competências e habilidades, e se adaptar às mudanças.

Na *idade média* essa questão tende a se intensificar e prejudicar ainda mais a experiência formativa.

A experiência – a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo – fica substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero, e que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações [...]. (ADORNO, 2010, p. 33).

No caso específico da educação básica brasileira, uma questão tem sido motivo de alerta: alguns movimentos têm reduzido os professores a meros transmissores de fatos, dados e informações, supostamente neutros, a-históricos, sem “tomar partido”. Zuin e Zuin (2016) destacam que o Escola Sem Partido, ao eliminar o posicionamento crítico do professor, também limita o debate de ideias, que poderia contribuir para o confronto respeitoso de opiniões, passando a ser considerada a única interpretação correta de uma determinada temática.

Uma questão que Frigotto (2017) também argumenta.

O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos

pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores. (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

Diante da repercussão que o movimento Escola sem Partido tem tido no Brasil, é importante conhecer e analisar sua origem, diretrizes e estratégias de divulgação.

O movimento escola sem partido

Uma questão que nos inquieta neste contexto é: qual é o partido da escola sem partido? (FRIGOTTO, 2017). Este questionamento precisa ser enfrentado no contexto da *idade média* e torna-se ainda mais urgente quando observamos a ausência dessa reflexão nos sistemas de ensino. Essa ausência revelaria aceitação, adesão, sentimento de impotência e/ou perplexidade? E, a partir deste questionamento inicial, outros surgem: Por que um movimento dessa natureza tem tido tantas adesões? O que nos leva a ainda estar discutindo uma suposta neutralidade da prática docente?

O Movimento Escola sem Partido teve início em 2004, com uma proposta do advogado Miguel Nagib, motivado por discordar de um exemplo usado pelo professor da sua filha:

A indignação do advogado Miguel Nagib foi ao limite quando numa tarde de setembro de 2003 sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica. O docente fazia uma analogia entre pessoas que abriram mão de tudo por uma ideologia. O primeiro, em nome de uma ideologia política. O segundo, de uma religiosa. "As pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo", afirma ele, que é católico e coordena o Movimento Escola Sem Partido, questionado por educadores⁶.

⁶ O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis", de 26 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html

Naquele momento, Miguel Nagib tentou sem sucesso apoio de outros pais e suas supostas denúncias não foram acatadas pela escola onde a filha estudava. Porém, dez anos depois, o movimento consegue espaço para ecoar. Em 2014, o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), solicitou que Miguel Nagib escrevesse um projeto de lei intitulado Programa Escola Sem Partido, tornando-se o primeiro parlamentar a apresentar um projeto dessa natureza no Rio de Janeiro.

No mesmo período, outro projeto de lei, também no Rio de Janeiro, foi apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), com o mesmo teor e destinado ao município. “Depois disso, a onda conservadora tratou de espalhar esses projetos pelo Brasil inteiro.”⁷

Existem dois projetos de lei sobre Escola sem Partido em nível nacional. Um desses projetos foi protocolado na Câmara (PL 867/2015), cujo autor é o deputado Izalci Lucas (PSDB). O outro está no Senado (PL 193/2016) e foi proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES). O projeto de lei apresentado no Senado é uma versão mais atualizada, incluindo, por exemplo, a proibição da discussão de gênero nas escolas. “É assim que o Escola Sem Partido ganha força, englobando essas pautas conservadoras”⁸.

Importante destacar que já foram apresentados projetos do Escola Sem Partido em dez estados brasileiros e no Distrito Federal. Alagoas foi o estado que teve a aprovação do projeto em forma de lei, intitulado “Escola Livre”. Já os estados de Goiás e de Paraná retiraram da pauta. Nos municípios de Picuí (PE) e Santa Cruz do Monte Castelo (PR) a lei foi aprovada.

O movimento/projeto/programa Escola Sem Partido objetiva alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para impor, pela força da lei, os seus preceitos. Neste contexto, o Senado lançou uma enquete em que a sociedade poderia opinar contra ou a favor do Projeto de Lei Nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que pretende incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido. O resultado final foi de 199.873 votos a favor do projeto e 210.819 votos contra. Uma diferença de apenas 10.946 votos, o que mostra a articulação e o apoio de parte da população ao projeto.

⁷ O que está por trás do 'Escola Sem Partido'? Projeto propõe que professores sejam processados pelos conteúdos que ministram em sala de aula. E a ameaça que isso se torne lei é bastante concreta. Entrevista com Fernando Penna publicada em 20 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-4/36486>> . Acesso em 30 Out. 2018.

⁸ O que está por trás do 'Escola Sem Partido'? Projeto propõe que professores sejam processados pelos conteúdos que ministram em sala de aula. E a ameaça que isso se torne lei é bastante concreta. Entrevista com Fernando Penna publicada em 20 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-4/36486>>. Acesso em: 30 Out. 2018.

Diante deste quadro, faz ainda mais sentido a inquietação de Frigotto (2017) ao destacar que o programa escola sem partido é uma esfinge: ou a deciframos ou ela nos domina.

A concepção (inicial) de educação em Adorno (2003, p. 141) contribui para essa discussão:

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. (grifos do autor).

Movimentos e programas tal como o Escola Sem Partido colocam em risco essa exigência política ao conquistar, usando as mesmas armadilhas da propagação da indústria cultural, a simpatia da população, criando estratégias para eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringindo os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento. Acusa o professor de doutrinação, mas são as suas imposições que tendem a modelar os indivíduos sob a máscara do “sem” partido.

O lema do Escola Sem Partido é “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, “por uma educação sem doutrinação” e sua *hashtag* integra cada vez mais postagens: #escolasempartidojá⁹.

⁹ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 29 Out. 2018.



Figura 1: Cartaz produzido pelo Escola Sem Partido para determinar os deveres do Professor

Fonte: <https://www.programaescolasepartido.org/faq>

Sendo assim, trata-se de uma escola intitulada “sem” partido e que propaga uma escola “sem sentido”. Ao mesmo tempo, acusa que a escola brasileira tem um partido, que os professores “doutrinam” seus alunos, propagando e promovendo com mais intensidade uma despolitização do processo educativo escolar (FRIGOTTO, 2017).

Apesar de se auto propagar sendo sem partido, o projeto Escola Sem Partido está ancorado no que podemos definir como um conservadorismo radical e/ou moralismo cristão excludente, que prega a intervenção do estado na escola. Para isso, utiliza em seu discurso termos, tais como: limpar a escola, denunciar a doutrinação e “descontaminar”¹⁰ o ambiente escolar por meio de um agente externo e, supostamente, imparcial: o Ministério Público ou o Juiz de Direito (RODRIGUES, 2016).

¹⁰ Pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas. Disponível em: <<http://www.escolasepartido.org/objetivos>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

No site do Escola Sem Partido é possível clicar em “denuncie aqui”, bem como obter dicas de como denunciar o professor supostamente “doutrinador”.

OS PROFESSORES SERÃO FISCALIZADOS PELOS ALUNOS?

O objetivo do projeto é informar os alunos sobre a existência dos deveres do professor. Ao conhecer esses deveres, o estudante poderá avaliar se eles estão sendo respeitados pelo professor. Nesse sentido, podemos dizer que os alunos irão “fiscalizar” a conduta do professor à luz dos deveres previsto no cartaz. Na sala de aula, ninguém mais poderia fazer isso por eles.¹¹

O discurso proferido para defender o Escola Sem Partido é apresentado a partir de questões generalistas, experiências pessoais e/ou baseadas em dados da grande mídia brasileira. Não menciona o sucateamento das escolas, a falta de condições objetivas, a massificação da formação docente, a imposição de padrões pelas avaliações externas etc. Além disso, procura impor valores privados para a esfera pública, tornando a escola como extensão do lar (FRIGOTTO, 2017). Os conteúdos que servem à manutenção do *status quo* são os que mereceriam ser garantidos e aqueles que representam uma visão crítica e emancipatória são os que doutrinariam.

E o movimento se amplia em outras esferas. O Deputado Federal Rogério Marinho (PSDB-RN), inspirado no Escola sem Partido, elaborou um projeto que tipifica como crime professor acusado de "assédio ideológico", justificando que

a forma mais eficiente do totalitarismo para dominar uma Nação é fazer a cabeça de suas crianças e jovens. Quem almeja o poder total, o assalto à Democracia, precisa doutrinair por dentro da sociedade, estabelecer a hegemonia política e cultural, infiltrar-se nos aparelhos ideológicos e ser a voz do partido em todas as instituições.¹²

O Ministério Público tem se manifestado afirmando que o Escola Sem Partido é contrário ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, ferindo a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

¹¹ FAQ – Escola sem partido. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/faq>>. Acesso em 05 Abr. 2019.

¹² Projeto de Lei do Deputado Rogério Marinho. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1330054>. Acesso em: 29 Out. 2018.

Em Nota Técnica, o Ministério Público considera que o PL Escola sem Partido é inconstitucional porque

[...] está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de ‘construir uma sociedade livre, justa e solidária’ e de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação’.¹³

No site do Escola sem Partido as palavras de ordem são: flagrar, delatar, denunciar, doutrinar, juntar provas, processar etc. Para isso, disponibilizam orientações para identificação da “doutrinação ideológica do professor”. Na aba lateral é possível clicar em "Flagrando o doutrinador" com orientações de como processar escolas e professores que transmitam "conteúdos imorais". Usam como base os princípios da lei do consumidor. A relação professor-aluno se transforma, assim, de forma ainda mais intensa na relação fornecedor-consumidor.

Considerações Finais

E continuamos. É tempo de muletas.
Tempo de mortos faladores
e velhas paralíticas, nostálgicas de bailado,
mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam.

Nosso tempo
Carlos Drummond de Andrade

Colocar em pauta a educação brasileira no contexto da *idade média* se faz urgente. Movimentos tais como “Todos pela Educação”, “Movimento pela Base Nacional Comum” e o “Escola sem partido”, este último foco deste trabalho, são exemplos que a educação tem

¹³ Nota Técnica 01/2016 PFDC – Ministério Público Federal. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>>. Acesso em: 05 Abr. 2019.

sido invadida por agências e profissionais diversos que pretendem impor aos professores e nos currículos valores e ações que atendem aos interesses de um determinado grupo.

O público, o laico e a pluralidade de ideias que pareciam estar presentes e garantidos nas escolas estão sendo substituídos por cartilhas, mandamentos e lista de deveres ao professor. De forma imperativa, são movimentos que têm clamado por uma educação que vai ao aposto de uma educação emancipatória e contra a barbárie.

Promovem, assim, uma educação sem sentido, opressora, que visa à manutenção da mercantilização da educação e o fim do pluralismo de ideias. É fundamental, neste contexto, “tomar partido” diante da ameaça efetiva dessas propostas cada vez se tornarem lei.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação – Para quê?. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORREIA, Marlene de Castro. Como Drummond constrói "Nosso tempo". **Alea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 73-86, jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2009000100007>>. Acesso em: 29 Set. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Todos pela educação**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/673/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 29 Out. 2018.

RODRIGUES, Henrique Estrada. “Escola sem partido”: a escola de nosso tempo? In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Indústria Cultural, semiformação e educação do educador. In: PUCCI, Bruno, RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton e ZUIN, Antônio Álvaro Soares (Org.). **Ensaio Frankfurtianos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A Formação no Tempo e no Espaço da Internet das Coisas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 757-773, set. 2016. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000300757&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Out. 2018.